



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Faculdade de Letras

**DO FASCISMO ITALIANO AO NOVO FASCISMO DO SÉCULO XXI: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE A REFORMA GENTILE E O MOVIMENTO ESCOLA SEM
PARTIDO**

Luiza Foltran Aquino

111203604

Rio de Janeiro

2019

2019

LUIZA FOLTRAN AQUINO

**DO FASCISMO ITALIANO AO NOVO FASCISMO DO SÉCULO XXI: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE A REFORMA GENTILE E O MOVIMENTO ESCOLA SEM
PARTIDO**

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Letras na habilitação
Português/italiano.

Orientação: Prof. Dr. William Soares dos Santos

Rio de Janeiro

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Aquino, Luiza Foltran

Do fascismo italiano ao novo fascismo do século XXI: uma comparação entre a reforma Gentile e o movimento escola sem partido / Luiza Foltran Aquino.. - Rio de Janeiro, 2019
34 f.

Orientador: William Soares dos Santos.

Monografia (graduação em Letras, habilitação Português - Italiano) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras. Licenciatura em Letras: Português - Italiano, 2019.

1. Do fascismo italiano ao novo fascismo do século XXI: uma comparação entre a reforma Gentile e o movimento escola sem partido. Soares dos Santos, William, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2019. III. Título.

AQUINO. Luiza Foltran. Do fascismo italiano ao novo fascismo do século XXI: uma comparação entre a Reforma Gentile e o Movimento Escola Sem Partido. Orientador: William Soares dos Santos. Rio de Janeiro: UFRJ/FL. Monografia em Português – Italiano.

RESUMO

O propósito deste ensaio é refletir sobre as aproximações do programa educacional de Bolsonaro e do movimento para o projeto de Lei Escola Sem Partido com o primeiro período do governo italiano de Mussolini no ministério da Instrução Pública, responsável pelas políticas educacionais. Para realizar a leitura das aproximações entre tendências ideológicas dos dois períodos, buscou-se permear a reflexão através dos fatores religião, nacionalismo/patriotismo e a base filosófica/humanística, pilares da reforma fascista.

Palavras-chave: Educação; Fascismo; Novo Fascismo; Escola Sem Partido; Ideologia;

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to reflect about the approximations from the educational program of Bolsonaro and the movements about the political project of legislation “Escola Sem Partido” with the primary period of the Mussolini's italian government on the Ministry of Education. In order to carry out the reading of the approximations between ideological tendencies of the two periods, we tried to permeate the reflection through the factors religion, nationalism / patriotism and the philosophical / humanistic basis, pillars of the fascist reform.

Keywords: Education; Fascism; Neofascism; Escola Sem Partido; Ideology

AGRADECIMENTOS

Poder estudar Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro sem dúvidas foi um dos maiores privilégios na minha vida, pelo qual eu tenho muito a agradecer. À minha família, em especial minha mãe Marili e meu pai Luiz Antônio, que, mesmo à distância, me permitiu viver a universidade como eles nunca puderam. Ao movimento estudantil da UFRJ e do Brasil, ao Centro Acadêmico de Letras, ao DCE Mário Prata à União Nacional dos Estudantes, instituições às quais pude me dedicar e que batalham por gerações para que a universidade deixe de ser um privilégio de poucos e se torne um direito de todos. Aos companheiros e companheiras do Coletivo “Nós Não Vamos Pagar Nada” que existe há 20 anos lutando pela UFRJ e que eu levarei comigo para a vida inteira. À UFRJ Autônoma, Crítica e Democrática, coletivo político que conduziu a gestão da universidade nos últimos 4 anos em tempos de duros cortes orçamentários e constante ameaças à autonomia e democracia da nossa universidade. Em especial ao Roberto Leher, grande referência acadêmica e política e Denise Nascimento, grande dirigente universitária.

Aos meus amigos e companheiros que foram fundamentais para que este trabalho saísse, Gustavo Belisário, César Fernandes, Caroline de Castro. À Nadja, Vanessa, Ágatha e Deborah pelo companheirismo e carinho. Ao professor José Correa Leite, sempre com ótimas ideias nos momentos de desespero. Aos meus amigos de casa Bernardo Pilotto, Luis Artur e France Nunes, com quem compartilhei muitas angústias cotidianas. Aos amigos de infância que seguem sendo sinônimo de família e de cuidado, Bárbara Molck, Natália Molck, Isabella Porto, Gabriel Ramires, Renan Rossini e Caíque César. À minha companheira que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, Maria Clara Delmonte.

A todos os professores e professoras da Faculdade de Letras que cruzaram a minha trajetória, em especial ao William Soares que sempre demonstrou uma atenção ímpar para com os seus alunos e muita paciência para que eu conseguisse concluir a graduação. À Dilma Mesquita, professora do Pedro II que me ensinou que a sala da aula vai muito para além da porta e que a arte deve ser intrínseca ao ato de ensinar.

SUMÁRIO

1. Introdução	p.6
2. Do fascismo da década de 20 ao século XXI.....	p.7
3. De Temer a Bolsonaro: Escola Sem Partido e o impacto conservador sobre as políticas educacionais.....	p.14
4. Reforma Gentile: a mais fascista das reformas.....	p.16
5. Análise comparativa.....	p.17
6. Conclusão.....	p.32
7. Bibliografia.....	p.33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho será realizado utilizando como base o método qualitativo, ao analisar de forma comparativa os decretos que configuraram a primeira fase da Reforma Gentile, ocorrida na Itália entre 1922 e 1924 sobre o governo de Benito Mussolini, e do avanço conservador sobre as políticas educacionais brasileiras, a partir da análise do Projeto de Lei Escola Sem Partido, considerado por Gaudêncio Frigotto (2017) “*esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e educação*”, ou seja, um marco de alteração do rumo das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas.

Consciente das suas limitações estruturais e ferramental e a dificuldade do acesso a estes documentos, o trabalho não se propõe a abordar a totalidade dos elementos que resguardam as políticas educacionais dos períodos selecionados. O recorte se limitará a seleção específica de Régio-Decretos italianos e de um Projeto de Lei brasileiro. A escolha deste objeto se justifica a partir do seu simbolismo em demonstrar os pilares ideológicos que fazem da educação um meio de disputa de hegemonia da sociedade, se referenciando em Gramsci.

A compreensão da ideologia e da disputa de hegemonia com as políticas educacionais serão trabalhadas a partir da relação estabelecida com a religiosidade, o humanismo e o patriotismo, pilares anunciados pela reforma fascista.

Sobre a Reforma Gentile serão apreciados o Régio Decreto de 1 de outubro de 1923, n.2185 e o Régio Decreto de 30 de abril de 1924, n.965, que versam sobre aplicação do ensino religioso obrigatório nas escolas, e que somado ao o Régio Decreto de 31 de outubro de 1923, n.2410 regulamentam a cultura e a língua italiana como única a ser ensinada e trazem à tona o debate sobre o nacionalismo. Também será apreciado o tema da reforma nas escolas secundárias superiores com o Régio Decreto de 6 de maio de 1923, n.1054; o Régio Decreto de 1 de outubro de 1923, n.2185; que evidenciam o sentido filosófico da reforma.

Sobre o período de transição de um programa eleito para o início do governo Bolsonaro, será dado destaque na comparação entre alguns pontos de programa e do movimento político em

torno do projeto de Lei Escola Sem Partido. Buscando compreender o significado do conceito de “doutrinação” e “sexualização precoce” para a sua base filosófica e relação com a religião.

Por fim, este trabalho não tem a pretensão de fechar uma conclusão sobre o tema, mas sim, iniciar uma reflexão que poderá contribuir futuramente com uma compreensão global da educação em períodos de avanço conservador. E para tal, é necessário um aprofundamento dos estudos sobre os documentos e sobre os tópicos tratados.

2. DO FASCISMO DA DÉCADA DE 20 AO SÉCULO XXI

O objetivo deste monografia, em um modelo de ensaio, é recuperar elementos do fascismo clássico para poder debater as aproximações e contrastes que possam agudizar à crítica ao momento que vivemos hoje no Brasil. Qual a relação estabelecida entre o movimento em torno do Projeto de Lei Escola Sem Partido e o programa de governo para a educação que venceu o pleito em 2018? Existem aproximações entre os projetos em curso com o que se pretendia o projeto educacional do fascismo histórico italiano?

O mundo assiste hoje o crescimento de uma onda conservadora, que se traduz em pautas políticas, agendas e governos nacionais, como o vocalizado por Trump nos Estados Unidos, Áder na Hungria, com Marine Le Pen, que foi ao segundo turno com Emmanuel Macron nas eleições francesas. Este processo não se desenvolve de maneira homogênea em todos os países, mas de forma desigual e combinada, se apresenta sempre com espectros de uma extrema direita nacionalista.

Majoritariamente em conjunto com uma agenda econômica neoliberal, estes movimentos de direita crescem em torno de uma agenda moral, como a defesa da família, da religião e de uma educação que para ir de encontro com estes valores, precisa retroceder na livre compreensão de ciência e tecnologia.

Atualmente, muitos teóricos de diferentes áreas do conhecimento, vinculados tanto às experiências acadêmicas, quanto às organizações e instituições políticas da sociedade têm

despendido esforços para a reflexão a respeito dos fenômenos fascistas e das hipóteses em torno das possíveis relações entre o ascenso conservador e o fenômeno. Juarez Guimarães, professor doutor em ciências políticas da UFMG, em seu artigo “O fascismo no século XXI” (2018) defende a tese de Roger Griffin, historiador britânico especialista sobre fascismo, ao compreender o fascismo como uma doutrina política superior a um movimento específico:

“O seu grande mérito é entender o fascismo como uma tradição política, assim como o liberalismo e o socialismo, e não como um evento extraordinário congelado no trauma de um horror. (GUIMARÃES, 2018)”

No caso da atualidade brasileira, seria pretensioso apresentar um conceito fechado sobre um processo político ainda em curso. O que nos interessa, até o presente momento, é refletir sobre o fenômeno global de avanço conservador e olhar atentamente para as tendências brasileiras.

Ainda vivemos o período dos impactos causados pela crise financeira estadunidense de 2008¹, que gerou um efeito cascata desestabilizando importantes pilares da economia internacional. A crise, que passou primeiramente pela Europa, chegou somente alguns anos depois no Brasil - em 2011 a taxa de crescimento econômico passa a decrescer com maior velocidade, chegando aos índices negativos em 2015, como apontado pelo IPEA. Da mesma maneira que na Europa, os impactos da crise econômica brasileira recaíram sobre os direitos dos trabalhadores, através das chamadas políticas de austeridade. Com a diminuição do poder de compra, somado à alta dos preços e o enfraquecimento das políticas sociais, as taxas de desemprego bateram recordes e a vida de milhões de brasileiros piorou drasticamente. A crise econômica se desdobrou em uma crise social e política, gerando, dessa forma, um ambiente propício para a adesão das “novas saídas ideológicas”.

O ciclo do neoliberalismo internacional, em curso desde anos 80 no mundo e anos 90 no Brasil, se perpetuou sobre governos de décadas ligados ao *establishment*, passaram a dar lugar

¹ David Harvey aborda este conceito no capítulo “A crise” de “O Enigma do Capital e as crises do capitalismo

para a extrema-direita. Na Itália, podemos identificar também como parte deste crescimento atual, a importância que assumiu o partido de extrema-direita Lega Nord, hoje segundo maior no parlamento italiano ainda que não tenha chegado à cabeça do Primeiro Ministro. E no Brasil, um impeachment orquestrado através de manobras institucionais de setores conservadores conseguiu canalizar o sentimento popular de indignação para uma saída conservadora. Envolvendo o poder judiciário, legislativo, apoiado pelos movimentos de massas anti-corrupção dirigido pela classe média e com apoio midiático, gestou um ambiente propício para a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, figura mais à direita dentre os postulantes no cenário eleitoral de 2018.

A candidatura de Bolsonaro e seu crescimento acelerado, trouxe à tona questões preocupantes para a política brasileira: seria o retorno do autoritarismo no Brasil, ou parte de um movimento fascista? As pessoas que se aglutinaram aos milhares em torno de sua campanha, podem significar o embrião de um movimento fascista?

“Na campanha, existiu uma discussão sobre como caracterizar a candidatura Bolsonaro. Difundiu-se a ideia de que se nós tomarmos unicamente o que ele diz, trata-se de uma candidatura fascista, o que é uma afirmação razoável. Mas a questão é que o fascismo não são só declarações. É um movimento articulado em uma sociedade civil hiperpolarizada e hiperpolitizada por setores conservadores contra a ameaça de processos revolucionários. Essa é a origem do fascismo em todos os seus capítulos anteriores, nas décadas de 1920 e 1930.”
(CORREIA, 2018)

Do ponto de vista do discurso, como afirma José Correia Leite (2008), sim. Alguns intelectuais preferem o termo “populismo de direita”, mas o fato é que os elementos programáticos e propagandísticos são similares ao movimento da década de 20: Forte apelo nacionalista como resposta à crise do período anterior, slogan de campanha “Brasil acima de tudo”, exaltação da bandeira e dos símbolos nacionais; Combate à figura de um “inimigo interno”, no caso o Partido dos Trabalhadores aliado simbolicamente ao comunismo, à cor vermelha e à corrupção; Reprodução de um ideal de raça humana e modelo de família, menosprezando e afirmando a inferioridade de minorias de direitos históricas, como negros,

mulheres e LGBTs; Movimento de massas apoiado na classe média em torno da propaganda da eliminação do suposto “inimigo interno”; Discurso religioso/cristão, slogan de campanha “Deus acima de todos”, resgatando os valores morais da família tradicional; Aumento do discurso da violência como método, discurso simbólico do “bandido bom é bandido morto”; Exaltação de modelos de regime autoritários, e disputa de narrativa sobre o significado do período da Ditadura Militar Brasileira enquanto um movimento progressista.

David Riley (2018), apresenta em “Teses sobre o Fascismo e Trumpismo”, cinco categorias com algumas teses sobre cada uma delas para fazer uma análise comparativa entre ambos os fenômenos: período histórico, contexto político, base social, disputa de poder e consequências.

“Enquanto o primeiro surgiu de uma experiência de guerra massiva, o segundo surgiu do longo período de desmobilização após uma crise financeira. Enquanto o primeiro emergiu de uma situação quase revolucionária, o segundo emergiu na ausência de uma esquerda organizada. Enquanto o primeiro galvanizou a classe média atrás dele, o segundo não. Enquanto o primeiro foi um projeto para disciplinar e construir o poder do Estado, o segundo visa dismantlar o “estado administrativo”.” (RILEY, 2008)²

A comparação entre o fascismo e o Trumpismo é útil para compreensão dos outros fenômenos chamados novo fascistas no mundo, inclusive o brasileiro. Vivemos um período de fragmentação e desmobilização após a crise financeira e se torna incomparável qualquer levante popular vivido neste período nas terras tupiniquins com a coesão e massificação do movimento fascista do século passado. Porém, vale registrar que desde as mobilizações de junho de 2013, ainda que difusas do ponto de vista da organização e das suas bandeiras políticas, passou a existir movimentos de direita com amplo apoio das classes médias e com mobilizações de rua. A

² While the first arose out of an experience of mass-mobilizing war, the second arose out of the long aftermath of a financial crisis. While the first emerged out of a quasi-revolutionary situation, the second emerged in the absence of an organized left. While the first galvanized the middle strata behind it, the second did not. While the first was both a project to discipline and to build state power, the second aims to dismantle the “administrative state.” Tradução própria.

reflexão deve ser guiada para compreender estes movimentos são capazes de evoluir no sentido da sua ampliação e massificação ou não.

Ao partir do pressuposto apresentado por David Harvey (2011) em “O Enigma do Capital” de que o sistema capitalista se orienta a partir da reprodução do lucro, é internacional e se constitui sob a base de crises cíclicas, a manutenção da estabilidade deste sistema estará sempre em contradição com a vida dos povos em que nele habitam. Para sobreviver, o sistema atualiza constantemente as suas formas de acumulação – e repagina as bases ideológicas que o sustenta.

Compreende-se o fascismo histórico como o movimento político italiano, que nasceu em 1919 e conquistou o poder em 1922. Apesar de levar o nome italiano, foi um processo que caminhou ao mesmo tempo do nazismo na Alemanha e do franquismo na Espanha, com características políticas de extrema-direita, autoritária, nacionalista e cristã. Dessa forma, o fascismo assumiu um significado mais amplo. O movimento internacional teve determinadas características comuns - ocupou o espaço das instituições liberais e da democracia, visava combater o comunismo e recorrentemente desembocou na instauração de uma ditadura autoritária.

O período da década de 20, imediatamente posterior ao final da I Guerra Mundial, foi marcado pela reconstrução de grande parte da Europa. Segundo Riley (2018), com exceção da Rússia que tinha acabado de passar por uma revolução socialista, os seus dois elos principais, Itália e Alemanha, são completamente descartados do jogo imperialista, pois suas elites saíram profundamente enfraquecidas. O cenário local era imerso aos escombros, com suas famílias incompletas e vivendo sob a extrema pobreza. O ambiente de trauma e desilusão constituiu o terreno propício para semear movimentos radicais e populistas – que oferecem uma resposta objetiva para os seus problemas.

Para Antonio Gramsci, intelectual sardo que doou a sua vida em nome das lutas antifascistas, o fascismo surge também como expressão da derrota dos levantes da classe trabalhadora na Itália, pois sua importância política está em aliar a pequena burguesia com a grande burguesia para deslocar parcelas da classe trabalhadora suficientemente capazes de

estabilizar um novo regime de exploração da maioria. O projeto fascista não é originalmente burguês, mas se adequa ao seu projeto em um momento que velhos pactos não servem mais a um consenso social. Ele torna-se uma saída capaz de estabilizar as resistências de massa antissistêmicas, pois ele mesmo se apresenta como tal.

É possível afirmar que existem semelhanças e diferenças entre os processos fascistas das décadas de 20 e 30 com os processos internacionais contemporâneos, que alguns tem chamado de neofascismo, cujo processo brasileiro pode ser inserido. Se por um lado o fascismo surge como ideologia a partir da crise causada pela I Guerra Mundial e se opõe a todas as forças políticas da época – conservadores e progressistas, o novo fascismo seria fruto de um processo de continuidade e aprofundamento das reformas ultraliberais – também gestadas em um momento de crise. Enquanto o fascismo foi uma descontinuidade, ou ruptura, com o que vinha sendo organizado pelos planos de reestruturação econômicos liberais do pós-guerra que criavam desigualdades entre as potências imperialistas, o neofascismo seria a representação da continuidade do ciclo econômico neoliberal que o antecedeu - uma segunda etapa econômica das políticas de austeridade, mais profunda e seguida de um viés ideológico. E portanto, adotará novas características.

Educação enquanto aparato de hegemonia em Gramsci

Segundo Gramsci, o poder político só tem como ser efetivado através do convencimento da maioria em acordo com determinado poder – seja exercido por uma figura, ideologia ou opinião. Este convencimento pode ser buscado através do consenso (convencimento) ou da coerção (uso da força). Entre os seus Cadernos do Cárcere, especificamente no sexto caderno, Gramsci diz que ao se instaurar uma ditadura, a hegemonia se torna a ela indistinguível, pois a força se torna necessariamente consenso - a sociedade é convencida da necessidade do aparato bélico e passa a ser convencida também através dele. Esse processo costuma se dar enquanto uma resposta para momentos de grave crise.

O Estado para Gramsci vai além da alta burocracia estatal e os seus principais poderes (o parlamento, o judiciário e o governo), mas toda a sua extensão forças que contribuem para a disputa de hegemonia, como a “a atividade escolar, em todos os seus níveis” (Gramsci, 1931) – e são, por sua vez, aparatos hegemônicos. Não existe distinção entre a sociedade política e a sociedade civil, “existe apenas o Estado e naturalmente o Estado-governo” (Gramsci, 1931).

O conceito de aparato hegemônico será ainda desenvolvido no parágrafo 136 do mesmo caderno, como aponta Cospito (2016), que afirma “em uma sociedade ninguém é desorganizado e sem partido, ao que se compreenda organização e partido no sentido amplo e não formal”. A sociedade é permeada por uma disputa constante de projetos e opiniões. Ou o sujeito se organiza conscientemente para integrar essa disputa, ou ele será usado de forma alienada como parte dessa disputa - e nesse caso, contra os seus interesses enquanto povo.

A própria visão gramsciana de educação vai para além do sistema formal de ensino e vai afirmar que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, relação essa, existente em toda sociedade e em cada indivíduo para com outros indivíduos (§ 44). Mas o sistema educacional em si cumprirá um papel determinante para a formação do consenso - cabe a ele estruturar um conjunto de valores políticos e morais, além de formar em saberes técnicos e científicos, dentro das suas qualidades, jovens dos diferentes estratos sociais que compõem um Estado nacional.

Gramsci, que foi encarcerado pelo regime fascista em 1926, nunca deixou de receber as últimas atualizações dos debates educacionais que aconteciam à época. Na sua visão, a reforma educacional gentiliana, conhecida como “a mais fascista das reformas” cumpria um papel de reprodução da dualidade do ensino - escola para os ricos e escola para os pobres - e de transmissão da ideologia fascista.

Buscaremos entender, dessa forma, as propostas de reformulações nas políticas educacionais inseridas em seu contexto histórico, político e social, como aparato hegemônico destes projetos conservadores.

3. DE TEMER A BOLSONARO: ESCOLA SEM PARTIDO E O IMPACTO CONSERVADOR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O biênio de Michel Temer na Presidência da República do Brasil representou uma guinada ao mesmo tempo neoliberal na economia e conservadora na educação e na pauta moral. Emersa em meio à uma crise política, econômica e social, o seu objetivo enquanto projeto foi o de aprovar um conjunto de reformas visando estancá-la. A primeira e mais significativa, a EC 55, foi aprovada em novembro de 2016 e instituiu o corte de gastos nas áreas sociais – como na educação – por 20 anos e acelerou-se um conjunto de projetos que visavam adequar o sistema educacional ao novo cenário. Entrou na ordem do dia com um peso nunca antes imaginável, o Projeto de Lei 867/2015, intitulado Escola Sem Partido, ao mesmo tempo que se aprovava a Reforma do Ensino Médio redigida e pelo seu ministro recém empossado, Mendonça Filho, através de Medida Provisória - método veloz considerado autoritário para tamanha transformação.

O Projeto de Lei Escola Sem Partido, na sua versão mais recente apresentada à Câmara Federal, tem apenas 8 páginas e segundo um de seus maiores idealizadores, Miguel Nagib, apenas reproduz e destaca frases já presentes na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir da “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” (PL 867/2015). Qual seria o sentido de tramitar, não somente na câmara federal, mas em Assembleias e Câmaras Legislativas (Assembleias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Espírito Santo, e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo sido já aprovado nos Municípios de Santa Cruz do Monte Carmelo-PR e Picuí-PB.) um projeto que, segundo seus fundadores, apenas reafirma o óbvio?

Talvez o aspecto mais interessante sobre o Escola sem Partido esteja em seu caráter de movimento, mais do que o projeto de lei em si. Mobilizado a partir de um site que contém para além da proposta de PL, recomendações de leitura anti-doutrinação, tutorial sobre como identificar e denunciar professores doutrinadores e uma rede de articulação a nível nacional.

“Esse discurso (do Escola Sem Partido) não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional.” (PENNA, 2016)

Frigotto (2016) levanta a hipótese sobre este movimento Escola Sem Partido ser o “Ovo da serpente”, mencionando a metáfora utilizada por filme da década de 70 de Ingmar Bergman. O ovo da serpente, representa o ao perigo do fascismo sendo gestado, ainda novo, ainda frágil, se nutrindo para o momento certo de ressurgir e atacar, “sinaliza o risco que vivemos hoje no Brasil, com indícios claros do clima de desagregação social, de produção do ódio às diferenças” (FRIGOTTO, 2016).

No Brasil, a proposta de escola sem partido antecede a eleição de Bolsonaro, mas parte dos setores mais radicais da direita que engrossariam posteriormente o caldo cultural de fortalecimento do “bolsonarismo”. O seu caráter de movimento de bases ideológicas de extrema direita mobilizados através das redes sociais tem muito em comum com a estratégia de campanha adotada pelo candidato do PSL³. O programa de governo da aliança “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, apresenta poucos tópicos a respeito das políticas educacionais, mas acaba por reproduzir as ideias centrais do movimento escola sem partido:

“Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciência e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico.” (BRASIL, 2018)

³ CRUZ, Francisco B e VALENTE, Mariana G. *É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro*. Publicado no El País em 22/10/ 2018.

A mesma preocupação contida na justificativa do texto do escola sem partido é encontrada na positiva do programa de governo Bolsonaro. E é, fruto dos sinais do clima de produção de ódio às diferenças e desagregação social. Não existe nenhuma definição, nem no Projeto de Lei nem no programa de governo, do que constitui a “doutrinação” a ser combatida, apenas vídeos publicados no site oficial⁴ do movimento Escola Sem Partido que ensinam a como identificar professores doutrinadores.

O que podemos extrair dos exemplos apresentados sobre a “doutrinação” é que considera-se doutrina todo e qualquer tipo de tema que vá para além do conteúdo *stricto sensu* abordado pela matéria, mesmo que este sirva para estabelecer pontes pedagógicas entre a realidade do estudante e o conteúdo em si.

Para Penna (2018), o fenômeno educacional tem quatro características fundamentais: disputa sobre concepção de escolarização, a desqualificação do professor enquanto educador, estratégias discursivas fascistas e por último a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos. No tema da escolarização, o objetivo é separar o papel de educador do de instrutor, acompanhado da premissa da desconfiança em relação ao professor, desqualificando-o.

Através dessas características, o movimento escola sem partido organiza a sociedade civil em torno da perseguição de símbolos ideológicos - considerados partidários da esquerda e do comunismo e do combate à chamada “ideologia de gênero” - também considerada partidária da esquerda, rotula como doutrina todo tipo de menção à existência de gêneros e de interações não normativas.

4. REFORMA GENTILE: A MAIS FASCISTA DAS REFORMAS

Giovanni Gentile foi formado em Filosofia, exerceu a profissão de professor universitário na Universidade de Palermo, Pisa e Roma, era um acadêmico reconhecido pelas suas reflexões a respeito da filosofia da educação e das suas propostas sobre modelo educacional italiano. Um enérgico defensor de uma escola de base humanista e reflexiva. Apesar de não ter um perfil político e de não fazer parte do Partido Nacional Fascista no início, recebe o convite de

⁴ <https://www.programaescolasempartido.org/>

Mussolini para dirigir o cargo máximo das políticas educacionais, como um quadro técnico capaz de guiar a sua urgente reforma educacional.

É nomeado em 31 de outubro de 1922 a Ministro da Instrução Pública e permanece um ano e oito meses aplicando sua reforma à pleno vapor. Ele aceita o convite por considerar a sua proposta de reforma curiosamente compatível com a ideologia fascista, ainda que defendesse pilares humanísticos e a liberdade de docência. Com o tempo, acaba adotando cada vez mais um perfil político, duramente criticado pelos seus colegas acadêmicos e se filia oficialmente ao partido fascista em 31 de maio de 1923. Acaba deixando a pasta em 30 de junho de 1924, para colaborar com a mudança de perfil estrategicamente planejada por Mussolini e não porque perdeu espaço no governo – até porque continua conduzindo as políticas educacionais dos bastidores.

Apesar de estar sendo rascunhada por Gentile durante os quinze anos precedentes, a reforma educacional é realizada a partir de um grupo de trabalho de competência nacional, composto por Lombardo Radice, Ernesto Codignola e Massimo Roca. Em termos gerais, seus princípios eram a “religiosidade concreta”, “humanismo difuso” e “patriotismo”, que configurariam a escola como instrumento à serviço do Estado, com obrigatoriedade escolar, meritocracia (com exame de estado, exame de maturidade e acesso à universidade, existente nas escolas privadas e estendido às escolas públicas) e com centralidade humanista.

5. ANÁLISE COMPARATIVA

Religiosidade

A relação entre o poder político italiano e o poder religioso católico é muito anterior, surge nos acordos firmados durante o Império Romano – desde então, tanto a monarquia, a monarquia republicana como a ditadura fascista precisaram estreitar laços e absorver a doutrina católica como parte própria. Na educação, a relação foi oficializada pouco antes de Mussolini assumir enquanto Primeiro Ministro da Itália, com o acordo de 1929 entre a Igreja e o Estado

chamado *L'Enciclica Divini Illius Magistri* - documento base para a educação com espírito católico.

Em 1923, o ensino religioso que era restrito ao grau secundário passa a ser obrigatório em todos os níveis com o Régio Decreto 1 de outubro, n 2185:

Art. 3. – “Ao fundamento e à coroa da instrução elementar em cada gradação è determinado o ensinamento da doutrina cristã, segundo a forma lecionada na tradição católica. Pela idoneidade a ser transmitida pela instrução como dos mestres como das outras pessoas, o R.Provveditore será alterado conforme o parecer da competente Autoridade eclesial. Serão isentos da instrução religiosa nas escolas os meninos cujos pais declararem o interesse em provê-la particularmente. (RD 1 ottobre 1923, n2185) ⁵

A relação entre o fascismo italiano e a igreja católica tinham não só o caráter de aliança política e social – com uma dinâmica nem sempre amigável de negociações e flexibilizações – mas era orgânica ao fascismo para elevar ao êxito seu potencial de disputa ideológica (KERTZER, 2014). A ideia de um Estado nacional italiano, forte e unitário carecia igualmente de uma moral forte e os elementos da moral cristã gerariam a combinação perfeita. A disciplina, o papel da família como polo moral e organizador social, com papéis bem demarcados entre os gêneros e o culto à imagem de Deus como provedor de milagres e da graça divina. Como um dos símbolos dessa absorção cultural, futuramente, em 1925, a intelectualidade fascista vai publicar o *Manifesto dos intelectuais em adesão ao fascismo* no “Il Popolo d’Italia”, órgão do Partido Nacional Fascista, no qual declaram o movimento como de caráter “político, moral, religioso e intransigente”

Para um país que passava por uma guerra, o papel da mulher como cuidadora do marido e dos filhos é capaz de garantir a procriação e a saúde da mão de obra ou do soldado pronto para

⁵ Art 3 - A fondamento e coronamento dell'istruzione elementare in ogni suo grado è posto l'insegnamento della dottrina cristiana secondo la forma ricevuta nella tradizione cattolica. (...) Per l'idoneità ad impartire l'istruzione così dei maestri come delle altre persone il R. Provveditore si atterrà al conforme parere della competente Autorità ecclesiastica. Sono esentati dall'istruzione religiosa nella scuola i fanciulli i cui genitori dichiarano di volervi provvedere personalmente. (RD 1 ottobre 1923, n2185) - Tradução própria.

guerrear. Tanto que é criado um “Liceo Feminino”, com matérias consideradas aptas às mulheres, como trabalhos domésticos e costura. Para além dos liceus específicos, passaram a fazer parte da cartilha escolar para as demais instituições os “trabalhos femininos”, como “elemento da formação espiritual da aluna (...) que aspira vivamente a ser apreciada na família como útil, mas sobretudo pela sua virtude resignada” (RD. 1 de outubro de 1923, n.2185) a serem inseridos pelos professores no cotidiano da classe.

Do ponto de vista da construção do homem, um soldado que luta pela sua pátria e por Deus será mais facilmente convencido a doar sua vida ao seu dever. No período posterior a Gentile, em 1926, é criada a Opera Nazionale Balilla, uma organização juvenil que complementava a instrução escolar, com educação física e moral entre os jovens de 8 à 18 anos.

No plano do simbólico, todas as salas de aula passam a ter um quadro de Mussolini ao lado de um crucifixo – ainda que não seja por meio de decreto oficial, no qual continha apenas o crucifixo e a imagem do Rei como obrigatórias. Ao instituir o ensino católico em todos os níveis escolares, salvaguarda apenas aos pais que declarassem prover o ensino por conta própria – e não o ensino de outra religião, por exemplo – é fortalecida a concepção de estado não laico, mas cristão e católico. Coloca à todas as demais culturas religiosas de outros povos que existem na Itália completamente à margem.

“Art 7 – A instrução do grau preparatório há caráter recreativo e tende a disciplinar as primeiras manifestações da inteligência e do caráter da criança. Essa compreende, além das orações mais simples: (...) 5º rudimentos das noções mais gerais possíveis e correções de preconceitos e superstições populares.”⁶

Inclusive, criminalizando outras culturas e práticas como “superstições populares”, em paradoxo a mesma linha do artigo em que se fala a respeito de corrigir preconceitos, mas às quais se poderia usar para enquadrar qualquer tipo de cultura que não fosse a católica.

⁶ “Art. 7. L'istruzione del grado preparatorio ha carattere ricreativo e tende a disciplinare le prime manifestazioni dell'intelligenza e del carattere del bambino. Essa comprende, oltre alle preghiere piu' semplici: (...) 5º rudimenti delle nozioni di piu' generale possesso e correzione di pregiudizi e superstizioni popolari.”. Tradução própria

Se por um lado, o fascismo italiano contava com uma aliança pública com a religião católica em um Estado Monárquico Republicano oficialmente católico na década de 30, o novo fascismo brasileiro, obrigado a coexistir em um Estado Laico e Republicano, tem como um dos seus principais braços um conjunto de lideranças evangélicas neopentecostais e (no congresso chamada de bancada evangélica⁷).

As tensões entre Mussolini e a igreja católica eram públicas no que resguarda o ensino. Mesmo com a ampliação do ensino religioso para toda a duração do ensino secundário, Gentile buscava formas de não se arriscar a perder o controle do que se ensinava por parte do Estado. A igreja, além do interesse no ensino religioso, manifestava incômodo com um conjunto de filósofos hereges pertencentes ao currículo básico, como John Locke, Kant, até Giuseppe Mazzini e os acusava de portadores da falsa filosofia. Apesar destes conflitos, a aliança foi fundamental para garantir que o fascismo atingisse a hegemonia necessária para impor o novo regime.

No caso brasileiro contemporâneo, por mais que para as lideranças neopentecostais haja um projeto próprio de poder que consiste, sim, em interferir na laicidade do Estado e da educação, parece que hoje se apresentam com bastante coesão com a agenda de projetos educacionais e reformas conservadoras. Sua principal bandeira é contra qualquer menção ao ensino sobre gênero nas escolas, seja através do Plano Nacional da Educação, seja nos planos estaduais ou municipais. Ao enquadrar o ensino sobre diversidade de gênero – que dissocia o sexo biológico da orientação sexual e da expressão de gênero – enquanto “ideologia de gênero”. Estes setores se aliam na proibição da “doutrinação ideológica”, por entender o termo abstrato e amplo enquanto a proibição da ideologia de gênero e, portanto, se tornaram uma força importante para a defesa do projeto de lei “Escola Sem Partido”.

⁷Segundo PRANDI e SANTOS, trata-se de um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros.

Apesar dos dois projetos nitidamente terem raízes fortemente cristãs, existem diferenças importantes do local da religião em cada um dos casos. Diferentemente do projeto educacional do fascismo italiano, tanto a reforma do ensino médio, quanto o projeto de lei escola sem partido, não propõe a inclusão do ensino religioso dentre as matérias. A igreja se envolve institucionalmente na reforma educacional italiana. Por mais que os articuladores da Escola Sem Partido sejam importantes atores das igrejas neopentecostais, o projeto não prevê a implicação direta de instituições religiosas no ensino.

A Educação Pública é laica – em tese a partir da expulsão dos jesuítas, em 1759 – e o Estado Brasileiro também, segundo a Constituição Federal de 1988. Ao afirmar em seu segundo artigo “I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;” ele defende que um ensino que tenha a contestação às bases religiosas em sua filosofia, está automaticamente ferindo a neutralidade ideológica do Estado. Como por exemplo, se o Darwinismo é conflitante com as bases do criacionismo, ele não poderá ser ensinado nas escolas. A relação da bancada evangélica com o Escola Sem Partido não passa, nesse momento, por questionar a laicidade, mas sim, disputar o seu sentido.

Sobre o ideal de nação, ou patriotismo

O *Régio Decreto de 31 de outubro de 1923, n.2410* somado ao *Régio Decreto de 1 de outubro de 1923, n.2185* regulamentam a cultura e a língua italiana como únicas a serem ensinadas e trazem à tona o debate sobre o nacionalismo.

Outro segundo pilar determinante para a consolidação do Estado nacional fascista foi a propagação de um ideal de nação. A Itália enquanto um estado unitário ainda era recente, o Reino de Itália foi proclamado pelo Rei Emmanuelle Vittorio II apenas em 1861. Até o século 20, o país enfrentou diversas disputas territoriais, que lhe rendeu o anexo das províncias de Veneto e Mantova, o Lazio, Trentino-Alto Adige e Venezia Giulia. Estas disputas perduraram por décadas, concluindo-se com os últimos territórios somente em 1918. No ano seguinte, quando se declarava por encerrada a primeira guerra mundial, era cultivado um sentimento de injustiça por movimentos italianos de cunho nacionalista e que defendiam a permanência nas

lutas territoriais de territórios estrangeiros reivindicados como originalmente italianos (BURKE, 2008). Setores destes movimentos mais expressivos, vieram a cunhar futuramente a fusão do Partido Nacional Fascista com a Associação Nacionalista Italiana, inaugurando um novo período para o nacionalismo italiano.

Para o desagrado de muitos, a gênese provinciana e regionalista perpetuou mesmo sob o juramento de uma bandeira em comum. O povo, que vivia majoritariamente em regiões rurais, se comunicava através de línguas próprias, marcadas até hoje em sua comunicação como dialetos.

O fascismo italiano, era simbolicamente representado pelo conjunto de gravetos envolto do “*fascio nero*”, como aquele capaz de dar liga à diversidade e transformá-la em um só objetivo e ideal, era, portanto, profundamente nacionalista – a faixa preta e a bandeira italiana eram dispostas conjuntamente. Porém, para implementar um ideal de nação em um país cindido territorialmente e culturalmente, tornava-se necessário impor uma determinada cultura. Dentro da estratégia de Mussolini, a língua italiana era um ponto nevrálgico desta cultura. A partir da língua comum, combinado do enfraquecimento dos dialetos e da marginalização das línguas advindas dos territórios anexados ou dos povos rendidos nessas guerras, seria possível formar um novo povo.

Dessa maneira, uma das primeiras medidas da reforma Gentile foi instituir a língua italiana como língua única de todo sistema escolar.

Art. 4 – Em todas as escolas elementares do Reino o ensino é comunicado através da língua do Estado. Nos municípios os quais haja hábitos de uma língua diversa, essa será objeto de estudo, em horário extra. O ensino da segunda língua é obrigatório aos alunos aloglotos, para os quais os pais e os exercentes da autoridade parental hajam declarado inscrição no início do ano. Os programas e os horários de ensino da segunda língua serão determinados com a ordem do Ministro da Instrução. (RD 1 de outubro de 1923, n2185)⁸

⁸ Art. 4. In tutte le scuole elementari del Regno l'insegnamento e' impartito nella lingua dello Stato. Nei Comuni nei quali si parli abitualmente una lingua diversa, questa sara' oggetto di studio, in ore aggiunte. L'insegnamento della seconda lingua e' obbligatorio per gli alunni alloglotti, per i quali i genitori e gli esercenti la patria potesta' abbiano al principio dell'anno fatto dichiarazione di iscrizione. I programmi e gli orari di insegnamento della seconda lingua saranno determinati con ordinanza del Ministro dell'Istruzione. (RD 1 outubro de 1923, n2185).

O decreto datado de 1923, busca oficializar a língua italiana ao mesmo tempo em que coloca as “línguas dialetais” e demais línguas estrangeiras como secundárias. Um dos grandes impactos deste processo foi sobre as “escolas de fronteira”, ou seja, escolas de terras anexadas à Itália depois de 1866.

As populações croatas, representadas por um conjunto de famílias organizadas, requerem sua língua como opção, mas tem o pedido negado. O objetivo de Gentile, era mediar este conflito – que poderia se tornar um ponto de tensão com os países vizinhos – com a regulamentação da língua secundária. O croata e o esloveno se tornam línguas secundárias nas definidas pelo horário extra, o que na prática foi muito questionado por nunca ter sido de fato implementado. Os representantes das minorias linguísticas, nas regiões de Trento, Trieste, Alto Adige protestaram contra a imposição unilateral da cultura italiana.

Segundo o decreto, em seu artigo 17, o Italiano se torna a língua oficial nos primeiros anos da escola elementar e vai se tornando também ano após ano, segundo uma orientação de transição, até o final do ciclo escolar.

Art. 17 – A iniciar do ano escolar 1923-1924, em todas as primeiras classes das escolas elementares allogotas, o ensino será comunicado em língua italiana. No ano escolar 1923-1924, inclusive nas classes secundárias das escolas determinadas ensinar-se-á em italiano. Nos sucessivos anos escolares, se proceder-se-á analogamente para as classes sucessivas, até que, em um número de anos iguais àqueles do curso inteiro, em todas as classes das escolas elementares como das escolas civis se ensinará italiano. Com a substituição da língua italiana à língua de ensino presentemente em uso proceder-se-á analogamente a instituição do ensino da segunda língua, em horário extra.⁹

Já no Brasil atual a história é outra. Por ser um Estado colonizado, a imposição da língua portuguesa como determinação da expressão de uma unidade nacional já teve o ponto ápice. Estima-se, que no período anterior à 1500 chegaram a conviver 700 línguas indígenas neste

⁹ Art. 17. A cominciare dall'anno scolastico 1923-24, in tutte le prime classi delle scuole elementari alloglotte l'insegnamento sara' impartito in lingua italiana. Nell'anno scolastico 1924-25, anche nelle seconde classi di dette scuole si insegnera' in italiano. Negli anni scolastici successivi, si procedera' analogamente per le classi successive, fino a che, in un numero di anni uguale a quello dell'intero corso, in tutte le classi cosi' delle scuole elementari come delle scuole civiche si insegnera' in italiano. Con la sostituzione della lingua italiana alla lingua di insegnamento presentemente in uso procedera' analogamente l'istituzione dell'insegnamento della seconda lingua, in ore aggiunte.

território. Hoje, para além da língua portuguesa como língua mãe, tivemos recentemente a inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como segunda língua em 2002. Porém, não existe nenhuma menção oficializada da presença de aproximadamente 160 línguas indígenas que restaram através da resistência de seus povos. Ainda que, seja colocado no Artigo 35 a asseguaração do direito ao reconhecimento de suas línguas às comunidades indígenas:

“§ 3o O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.”

Ou seja, se existe algum desafio do ponto de vista de um ideal nacionalista poderia ser apontado pela erradicação do analfabetismo que corresponde a 7,2 % da população de 15 anos ou mais (segundo o IBGE), ou, do ponto de vista conservador, a disputa do ensino da língua portuguesa sob uma perspectiva tradicionalista e normativa. Essa disputa, que não é perceptível na análise dos projetos de lei em questão, é presente nas escolhas dos livros didáticos a serem usados pelo MEC ou vem à tona nas grandes provas nacionais, como o ENEM, em tom de reação quando é colocada alguma questão um pouco mais aberta à variação linguística, como no recém episódio ocorrido em 2018, no qual adotou-se uma questão referente ao dialeto LGBT intitulado como “acuenda ou pajubá”.

Mas um aspecto chama atenção do ponto de vista do ensino de língua na nova reforma: a instituição da língua inglesa enquanto ensino de segunda língua obrigatória e não mais a escolha em pé de igualdade entre a língua inglesa e a língua espanhola

“Art.26: § 5o No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. (...)”

Art.35 § 4o Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a

disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.”

A escolha da língua estrangeira é uma expressão política, seja do grau de hegemonia que a língua conquistou no mundo, seja da relação que aquela expressão cultural estabelece com o país em questão. O Brasil é o único país lusófono da América Latina, que possui uma maioria expressiva de falantes de língua espanhola. Desde o início dos anos 2000, os governos vinham adotando políticas de aproximação entre o continente latino-americano e o incentivo ao estudo do espanhol também era parte dessa política – resultando na livre escolha da língua estrangeira em provas como o ENEM por exemplo. Indubitavelmente, o inglês representa hoje a segunda língua de maior número de falante, mas a determinação de sua preferência em relação ao espanhol pode significar uma sinalização de relações políticas e culturais que este novo bloco conservador pretende firmar.

Gramsci, em seu caderno do Cárcere 29, parágrafo 3, no qual se debruça sobre a “questão da língua”, reflete sobre a posição da língua como parte da formação de um desenvolvimento nacional com sentido de nação, como uma “intervenção racional, organicamente ligada à tradição, algo que não é de pouca importância na economia e na cultura”:

“Todas as vezes que emerge, de uma forma ou de outra, a questão da língua, significa que se está impondo uma série de outros problemas: a formação e a ampliação das classes dirigentes e a massa nacional-popular, ou seja, reorganizar a hegemonia cultural”(GRAMSCI, 1935)¹⁰

O filósofo sardo, compreende que a escolha da prioridade da implementação da língua única é fruto de uma reordenação nas classes dirigentes e na massa nacional-popular. No caso, ambas têm que ser ampliadas, a primeira no sentido intelectual e a segunda no sentido do

¹⁰ Ogni volta che affiora, in un modo o nell'altro, la questione della lingua, significa che si sta imponendo una serie di altri problemi: la formazione e l'allargamento della classe dirigente, la necessità di stabilire rapporti più intimi e sicuri tra i gruppi dirigenti e la massa popolare-nazionale, cioè di riorganizzare l'egemonia culturale. (Gramsci, 1935). Tradução própria.

aprimoramento da compreensão da cultura, para tornar mais capaz de servi-la – o que correspondia a necessidade do Estado Nacional Fascista.

Se adotarmos a mesma linha de reflexão para analisar a questão da língua nas reformas educacionais brasileiras, podemos supor que a implementação do inglês enquanto única língua oficial secundária, fruto do que se almeja enquanto classe dirigente brasileira e sua relação com a massa popular.

Se a Itália está inserida no continente Europeu, responsável pela hegemonia ocidental até o século XIX, o Estado Brasileiro foi formado a partir de história de colonização de seu povo e de sua cultura. O eixo econômico que se deslocou no século XX para a hegemonia Norte Americana, também impactou o papel que o Brasil veio a cumprir no cenário internacional. Sem conseguir atingir o seu pleno desenvolvimento, a economia brasileira historicamente se consolidou em torno do agronegócio, que comercializou commodities cada vez mais para o exterior, ou por sediar fábricas de setores da indústria das multinacionais – lhes oferecendo mão de obra e taxas a preços abaixo do mercado. Ainda que haja havido mudanças nos últimos 20 anos, ou novas experimentações econômicas, o Brasil se mantém em uma posição de dependência internacional, classificado como país de terceiro mundo – mesmo com um desenvolvimento em destaque.

As mudanças na política externa para uma maior aproximação com os EUA, como consta no Programa do novo governo eleito pode ser compreendida como uma característica desta direita ultraconservadora, de um novo tipo de nacionalismo. Um nacionalismo que, ao mesmo tempo em que reafirma os símbolos do Estado nacional, se adequa à uma política de subserviência, tanto econômica, quanto cultural.

Sobre a finalidade do ensino e sua base filosófica

O terceiro ponto a se analisar é das mudanças na estrutura geral do ensino. Ela é realizada sob uma grande quantidade de decretos, como o *Régio Decreto de 6 de maio de 1923, n.1054*; o *Régio Decreto de 1 de outubro de 1923, n.2185*; e outros– afinal será a parte que sofrerá

mudanças até o final do período fascista em 1943. Vamos olhar mais atentamente para as primeiras mudanças realizadas por Gentile.

Partimos do fato que o sistema escolar italiano sempre teve um caráter aristocrático, projetado e organizado somente para aqueles destinados a cumprir papéis-importantes na sociedade. Desde a legislação instituída por Gabrio Casati, Ministro da Instrução Pública do Reino de Sardegnia em 1859, que passou a valer para todo território nacional em 1861. Como apresenta Bellataia (S.I) de um lado uma baixa atenção à instituição elementar, ou popular e de outro, uma estrutura de sistema secundário superior de duplo canal, com uma formação liceal ou técnica ou profissionalizante

A reforma Gentile, no que recai sobre a estrutura geral, não tem interesse em mudar substancialmente essa lógica, mas de criar subdivisões ainda mais definidas dos papéis que aqueles jovens viriam a cumprir futuramente. Existe uma ampliação do acesso, pelo menos da escola elementar, que chega quase a totalidade dos italianos e, como foi explicitado anteriormente, um interesse em acabar com o analfabetismo e tornar todos os cidadãos aptos a se comunicar através da língua italiana.

A crítica dos partidos de oposição, principalmente de vertente socialista, intitulou a Reforma Gentile como “Reforma de Classe”, por criar uma divisão subentendida entre estudantes de classe A e estudantes de classe B – uma divisão entre quem será formado para pertencer à classe dirigente e àqueles que servirão apenas como mão-de-obra qualificada. Ou seja, a perpetuação do sentido geral de Casati. Essa crítica foi absorvida por toda a oposição, que contava com a amplitude de todos os partidos que não se identificavam com a extrema direita, entre liberais e democratas.

Dentre as principais mudanças, após a proposta de escola média única ser descartada, a escola secundária inferior é dividida em três modelos: Ginásio Inferior, Instituto Magistrado inferior, Instituto técnico inferior; Alguns institutos profissionalizantes deixam de pertencer a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública e passam para o controle do Ministério da Indústria e Comércio ou da Marina Militar, enfatizando o seu enfoque tecnicista. Os jovens pertencentes às classes sociais mais humildes tendem a ir às “Scuole Complementari”, por serem

mais fracas e econômicas. Aos jovens da elite, a formação cultural e humanística é oferecida pelos liceus, em especial o Liceu Clássico. No sistema secundário superior, além do Liceu Clássico que já existia com objetivo de preparar para a universidade, conta como uma base humanística densa (com exceção das mulheres que são proibidas de assistir à Filosofia, História e Economia Política por serem consideradas demasiadamente viris) se institui o Liceu Científico para preservar as instituições clássicas de suas “derivações modernas” nas palavras de Gentile. Indicados para aqueles que querem seguir faculdades científicas ou médicas. No período seguinte vão ser regulamentados os Liceus Artístico, Conservatório de Música e Linguístico.

No Técnico não houve alteração. Se mantém dividido em duas seções: de Comércio e de Agrimensura (nos quais as mulheres continuam excluídas das disciplinas: Literatura, Direito e Economia Política).

As principais novidades contraditoriamente de âmago conservador são a criação do Liceu Feminino e a mudança do sistema do magistrado. O primeiro, para jovens mulheres que não tem pretensão de fazer universidade nem um diploma profissional, contam com uma base de disciplinas similar ao clássico, composta de Língua e Literatura Italiana e Latina, História, Geografia, Filosofia, Direito, Economia, Língua Estrangeira, História da Arte, com uma ênfase de dotes artísticos e domésticos a partir do ensino de Música, Canto, Desenho, instrumento musical, Dança, Economia Doméstica e Trabalhos Femininos. Há relatos de que estes institutos tiveram uma procura baixa e muitos acabaram fechando nos primeiros cinco anos. Já o Magistrado, que visa preparar culturalmente os futuros docentes, dividido em uma formação de 3 anos de curso superior (alto) e 4 anos de curso inferior (baixo). Com a filosofia suprimida, teoricamente em fusão com a pedagogia e o estágio prático abolido, sofre duras críticas de ser precarizado e desvalorizado.

A escola secundária não sofre reformas a ponto de modificar o seu modelo geral, mas transforma o objetivo do ensino em uma escola de formação fascista, com a inclusão de leituras, matérias e treinamento militar. A avaliação de Mussolini era de que a Reforma Gentile, ao final de seu primeiro biênio, havia deixado muito espaço para a liberdade de ensino e que esse deveria ser o centro das próximas mudanças a se seguir.

O fascismo é definido pelo pensamento único e autoritário. É curioso pensar que para a educação gentiliana a base humanística e filosófica estava no centro, sendo que para o projeto conservador brasileiro a proposta, que inicialmente era de retirada de tais disciplinas do currículo, se transformava em uma redução de carga horária e importância. Não que o exemplo italiano represente uma contradição libertária dentro de um sentido conservador, pelo contrário. Gentile buscava controlar o pensamento através de uma seleção refinada do conteúdo humanista. Enquanto no Brasil, a proposta de retirada pode significar, seja um autoritarismo menos sofisticado, seja um projeto voltado para os filhos de um terceiro mundo, que nunca vislumbraram plenamente a possibilidade de uma formação holística.

“Para a filosofia, se a base verdadeiramente renovadora eram as obras clássicas [...], a tendência premente era sempre a dar mais relevo ao “enquadramento histórico” original, para transformar em um manual de história sistemático de filosofia ocidental, acompanhada da leitura de alguns textos, sempre com escolhas não persuasivas”¹¹

Nota-se, pela crítica apresentada por Ibidem Garin, que mesmo fornecendo um ensino amplo e holístico, com filosofia, história, literaturas, latim, economia política, entre outras matérias, a forma de restringir a produção do pensamento acontece através da seleção dos conteúdos. A apresentação de uma história como um conjunto de fatos sucessivos a partir da exaltação de determinadas figuras, tolhe totalmente a capacidade da disciplina servir ao desenvolvimento da reflexão crítica e enquanto método de análise da atualidade. O olhar crítico pode se tornar um fator de instabilidade para um governo autoritário.

O projeto de lei escola sem partido vai se propor a, ainda que não explicitamente, interferir na base humanista do ensino básico brasileiro.

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a

¹¹ “Per la filosofia, se la base veramente rinnovatrice erano le opere dei classici [...], premeva sempre di più la tendenza a dare rilievo all’originario “inquadramento storico” per trasformare in una sistematica storia manualistica della filosofia occidentale, accompagnata della lettura di alcuni testi, con scelte non sempre persuasive” Tradução própria.

realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (PL N 867, 2015)

O termo “doutrinação política e ideológica”, apesar de ser amplo e confuso, é determinada como qualquer coisa que “possa estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” e representa um precedente perigoso no que se entende pela livre ciência. O princípio de se apresentar múltiplas teses sobre o mesmo fato e as principais teorias das diferentes áreas do conhecimento, já é explícita no artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do parágrafo terceiro referente ao princípio do “*pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;*” e do parágrafo quarto sobre “*respeito à liberdade e apreço à tolerância;*” (LDB, 1996)

Portanto, qual seria o sentido de reafirmar o óbvio, a partir da escolha de termos tão radicais, como o da doutrinação? A explicação talvez esteja mais em quais os setores interessados em fazer deste projeto uma bandeira e porque ele ganha tanto destaque e inclusive, passa a organizar pais e alunos em torno dessas defesas? Em seu artigo sobre as recentes políticas educacionais brasileiras escrito por R.Lehner, P.Vittoria e V.Motta, os autores sustentam que este projeto é uma forma de esconder a “ideologia da neutralidade”, na qual, ao reduzir intencionalmente o conteúdo moral das escolas, se impede a formação do pensamento crítico e, dessa forma, contribui na perpetuação da ideologia hegemônica:

“É desta maneira que opera a ideologia da neutralidade. Reduzindo ao mínimo os conteúdos morais, priva-se a educação do seu caráter moral, e do pensamento crítico, ou seja, da reflexão sobre a realidade. Segundo o Escola Sem Partido, Ética, Política e Moral devem desaparecer do vocabulário pedagógico. O debate, o confronto e a reflexão crítica devem ser excluídos. Acima de tudo, proibir a transmissão dos conteúdos que entram em conflito com as convicções dos estudantes ou das suas famílias em sala de aula, também significa negar cada possibilidade de diálogo sobre

a diversidade. Se elimina a contradição. Porque se não existem diferenças, contrastes, conflitos, não haverá diálogo. (LEHER, VITTORIA e MOTTA, 2017)¹²

¹² “Ecco come si svela l’ideologia della neutralità. Riducendo al minimo i contenuti morali, si priva l’educazione del suo carattere morale, quindi del pensiero critico, della riflessione sulla realtà. Secondo la Escola Sem Partido Etica, Politica, Morale devono scomparire dal vocabolario pedagogico. Il dibattito, il confronto e la riflessione critica devono essere cancellati. Oltretutto, vietare di trasmettere in classe contenuti che entrano in conflitto con le convinzioni degli studenti o delle loro famiglie significa anche negare ogni possibilità di dialogo sulla diversità. Via anche la contraddizione. Perché se non ci sono differenze, contrasti, conflitti, non ci sarà dialogo.” (LEHER, VITTORIA e MOTTA, 2017). Tradução própria.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa mostrou que o que existe entre o debate atual da educação brasileira e o que ocorreu efetivamente na Itália nos anos 20 encontra um conjunto de aproximações perigosas e diferenças importantes. Por um lado, religião e língua aparecem como estruturantes nacionalistas centrais nos projetos educacionais dos anos 20 na Itália e no Brasil atual, bem como a desigualdade na qualidade da educação ofertada para as diferentes classes. Todavia, existem distinções importantes no contexto dos dois países que afastam a profundidade das mudanças de cada projeto.

Seria precipitado afirmar que estes projetos apontam para a implementação de um governo e um projeto novo fascista na educação. Um governo, para ser considerado fascista, necessitará ampliar radicalmente o seu aparato autoritário e sua estrutura para-estatal, em torno de um movimento de massas fundamental organizado. Para que essa perspectiva se viabilize na educação, será necessário aprofundar de forma célere e brutal no desmonte da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no que foi acumulado enquanto base conceitual e escopo da educação no Brasil.

Mas da mesma forma que crescem os ataques, cresce a resistência de uma geração de jovens, professores, educadores e educadoras que edificaram a concepção de uma educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e com uma perspectiva democratizadora. Será de suma importância o papel que os pesquisadores na área da educação poderão cumprir na intensa disputa de consciência do próximo período, no sentido de desvelar os interesses por detrás destes programas retrógrados.

BIBLIOGRAFIA:

CORREIA, José. Entrevista do Cientista Político para o Correio da Cidadania; em 9/11/2018 <http://correiodacidade.com.br/34-artigos/manchete/13562-as-feicoes-mais-agressivas-do-governo-bolsonaro-tendem-a-ser-definidas-pelo-resultado-de-suas-politicas-sociais-e-economicas>

GUIMARÃES, Juarez. *Um fascismo do século XXI*. Artigo publicado na Carta Maior, 2018.

COSPITO, Giuseppe, Egemonia/egemonico nei “Quaderni del carcere” (e prima), International Gramsci Journal, 2(1), 2016, 49-88

RILEY, Dylan. *Theses on Fascism and Trumpism*. New Left Review, November-December Edition, 2018.

BELLATALLA, Luciana. *Da Gentile a Gelmini, quale identità per la scuola italiana?*. Ferrara, [S.I]

LEHER, R.; Vittoria, P.; MOTTA, V.C. *L'invasione del neoliberalismo nelle politiche educative e le possibilità di resistenza: uno sguardo dal Brasile*. Studi sulla Formazione, v. II, p. 165-172, 2017.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Proposta de Governo da Coligação Brasil Acima de Tudo Deus Acima de Todos. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>

GRAMSCI, Antonio. Quaderni Del Carcere. Edizione Critica dell'Istituto Gramsci, Vol 1-4. Et Biblioteca, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola "sem" partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Organizador. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017. 144 p

PENNA, Fernando de A. *O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional*. Transcrição da Aula Magna da UFF. Niterói, 2016.

PRANDI, Reginaldo e SANTOS, Renan W. dos. *Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica*. São Paulo, 2016.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski, São Paulo: [Boitempo](#), 2011.

BURKE, Peter. *O Renascimento*. Papelmunde, Lisboa, 2008

JARDIM, Danielle. *O novo fascismo e a necessidade de uma nova escala de exploração e expropriações frente à crise*. Rio de Janeiro:2018.

KERTZER, David. *O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa*. Tradução: Berilo Vargas, São Paulo: Intrínseca, 2017.

CRUZ, Francisco B e VALENTE, Mariana G. *É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro*". Publicado no El País em 22/10/ 2018. Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/opinion/1539892615_110015.html

FOLHA DE AVALIAÇÃO

LUIZA FOLTRAN AQUINO

DRE: 111203604

DO FASCISMO ITALIANO AO NOVO FASCISMO DO SÉCULO XXI: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE A REFORMA GENTILE E O MOVIMENTO ESCOLA SEM
PARTIDO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras na habilitação
Português/Italiano.

Data da avaliação: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. WILLIAM SOARES DOS SANTOS (Orientador)
Faculdade de Educação UFRJ

NOTA: _____

Prof. Dra. CLÁUDIA MARIA BOKEL REIS
Faculdade de Educação UFRJ

NOTA: _____

Assinaturas dos avaliadores: _____

MÉDIA: _____
